

A organização política das mulheres agricultoras no sudoeste do Paraná

Roseli Alves dos Santos, UNIOESTE, roseliasantos@gmail.com
Cecília Maria Ghedini, UNIOESTE, ghedni61@yahoo.com.br
Elvis Rabuske Hendges, UNIOESTE, elvis_hendges@hotmail.com
Nadia Scariot, INFOCOS, nadia.scariot@gmail.com
Luiza Maria da Silva Rodrigues, INFOCOS, luiza@cresol.com.br
Daniella Celuppi, STR, daniela-celuppi@hotmail.com
Janete Regina Fabro, ASSESOAR, janete@assesoar.org.br

A análise da organização política das mulheres agricultoras no sudoeste do Paraná exige o conhecimento da realidade material concreta dos homens e mulheres na sociedade, para que possamos compreender a forma como as agricultoras se inserem na sociedade e como a conhecida desigualdade entre homens e mulheres é efetivada. Tal desigualdade marca uma luta árdua e densa realizada pelas agricultoras familiares como forma de enfrentamento das dificuldades no acesso à terra e outros direitos como aos benefícios sociais. A organização política é a forma utilizada para que estas possam ganhar visibilidade, considerando sua importante ação no desenvolvimento, o qual é muitas vezes subsumido ao trabalho masculino.

Neste sentido, a pesquisa realizada pelo grupo encontra-se em sua fase inicial e o que apresentamos é a proposição de um estudo e as principais indagações que o motiva. Em uma visão do feminismo, observar e problematizar as condições materiais da existência de mulheres e homens é fundamental para compreender de que forma as agricultoras familiares se colocam na sociedade e como as desigualdades se materializam. Não se trata de uma antagonização de sexo, mas a focalização na especificidade do trabalho da mulher agricultora familiar.

O sudoeste do Paraná se constitui em um território que tem sua identidade centrada na agricultura familiar, a qual tem sido constituída a partir de um processo de lutas cotidianas e outras de maior expressão territorial, como a Revolta dos Posseiros ocorrida em 1957¹.

O acesso a terra imprimiu logo de início a necessidade de construção de um espaço para produção de vida, na qual as dificuldades territoriais não foram empecilhos para que o Sudoeste do Paraná, contrariando as projeções de desaparecimento da agricultura familiar, se estabelecesse como um lugar de produção agropecuária, mas acima de tudo, se constituísse, em um modo de vida.

No processo de luta pela posse da terra e pela produção como forma de manutenção da

¹ A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná foi uma luta dos agricultores familiares contra jagunços e empresas colonizadoras pelo direito de posse e propriedade da terra ocupada na região. Essa luta marca o início da organização política que posteriormente ganha expressividade local e nacional. Sobre a temática ver: Abramovay; João Bosco Feres e outros.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

existência humana e social da agricultura familiar, as mulheres têm desempenhado uma função importante, no entanto a sociedade patriarcal denota a elas poucas e precárias condições de acesso e permanências. Isto exige um processo de organização política que considera as especificidades das mulheres no contexto da agricultura familiar.

Como afirma Rafagnin² (2005,p.7):

A sociedade construiu e sedimentou diferenças entre homens e mulheres a partir das crenças e normas de cada representação social, o que implicou, e ainda implica, na reprodução das desigualdades nas relações de poder não apenas entre homens e mulheres, mas entre as próprias mulheres, de acordo com a cor, idade, religião, posição social etc.

São justamente essas relações de poder que constituem um território de desigualdades e de submissões no qual o trabalho das agricultoras precisa ser revisitado, de forma a contribuir com o fortalecimento de uma luta mais ampla, que é de sustentabilidade da agricultura familiar.

É nessa luta mais ampla contra as desigualdades territoriais que a organização das agricultoras no sudoeste do Paraná se intensifica, resultando no surgimento no final da década de 1970 no Movimento Popular de Mulheres, ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais em pleno período de ditadura militar e de um sindicalismo que em muitos lugares assumia o peleguismo e tinha no assistencialismo sua bandeira de luta. No sudoeste, mais especificamente em Francisco Beltrão, o trajeto da história teve outro percurso e surge um sindicato combativo e crítico das políticas conservadoras e opressoras do período, em especial, aquelas derivadas da modernização excludente da agricultura brasileira.

Apesar da iniciativa da organização, o trabalho e ação política das agricultoras permaneceram subsumidos, pois na estrutura da agricultura familiar desse território a sociedade patriarcal é bastante forte, cabendo a mulher papel previamente definido e secundarizado na tomada de decisões em relação ao meio rural.

Um dos objetivos da luta na década de 1970, segundo Rafagnin (2005), se baseava na discriminação na obtenção dos benefícios da previdência social, mas acima de tudo representou a motivação para inserção das mulheres na política sindical, trazendo para dentro destes uma pauta específica, como a definição de cotas para mulheres nas direções dos sindicatos. Posteriormente, são as especificidades que fomentaram a discussão, participação e inserção política das mulheres, como, por exemplo, a luta pela aposentadoria, salário maternidade etc. Deste processo muitas conquistas foram obtidas, dentro e fora do movimento sindical.

² Rafagnin, Luciana Guzela. **As mulheres e o sindicato de trabalhadores rurais de Francisco Beltrão**: um estudo de caso. Monografia de conclusão de curso. Curitiba, 2005.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Apesar das conquistas as especificidades que promoveram ações como o Movimento Popular de Mulheres (final dos anos 1970 e início dos anos 1980), Encontro de Mulheres (1985), a comemoração do Dia Internacional da Mulher (1988), Organização Regional das Mulheres (1990) e o maior encontro de mulheres do sudoeste (1996) que reuniu mais de 8000 pessoas não se manteve o trabalho com o mesmo vigor. No entanto, a organização da agricultura familiar ganha força com a criação de diversas organizações associativistas em torno do crédito, da comercialização e, especialmente, da produção. Nesse sentido, é que questionamos: o que retraiu a organização das agricultoras no sudoeste do Paraná? Os objetivos das bandeiras de luta foram atingidos?

As respostas a essas e outras questões são objeto da pesquisa em andamento, mas a realidade demonstra que a atuação das mulheres agricultoras continua acontecendo, entretanto sua participação nas organizações da agricultura familiar é pequena, quer seja pelas especificidades que as mulheres enfrentam ou pelo machismo que coíbe sua participação.

A agricultura familiar potencialmente pode apresentar relações sociais mais equitativas, contribuindo para a garantia do direito de permanência das pessoas no campo como opção de vida, no entanto a discussão de gênero, assim como a de geração exige uma discussão mais qualificada e transparente neste âmbito.

Conforme Gomes³, a participação da mulher foi decisiva para o êxito da luta e consolidação da organização no Sudoeste do Paraná. “A participação da mulher foi fundamental em todas as etapas da construção da luta: nas comunidades, na organização dos grupos de reflexão (...), assumindo a coordenação de comissões, a responsabilidade da educação e lazer das crianças, a coordenação dos grupos de jovens, o culto religioso e dividindo com os homens as tarefas econômicas”. (2001, p.118).

Contudo, nesta região, há constatações de que a organização e a luta das mulheres têm apresentado um retraimento percebido na ausência de novas bandeiras de luta e falta de interesse por avanços sociais por parte das mulheres que já lutaram, com algumas exceções, aspecto este percebido também, nas mulheres mais jovens que eram crianças e adolescentes na década de setenta e oitenta, ou seja, neste momento, mesmo com várias organizações da agricultura familiar, o interesse individual se sobrepõe ao coletivo e o interesse geral ao específico no caso das lutas de gênero.

No que se refere às lutas das mulheres por direitos sociais, neste momento, nos parece que dois aspectos contribuem de uma forma mais direta no descomprometimento das agricultoras para

³ GOMES, Iria Z. **Terra & subjetividade**: a recriação da vida no limite do caos. Curitiba: Criar, 2001.

com os movimentos e organizações políticas. O primeiro ocorre devido às conquistas sociais já alcançadas que, num horizonte mais próximo, apresentam certa zona de conforto. Conforme nos mostra Paulilo⁴ “(...) no início o que atraía as mulheres (...) eram as questões trabalhistas, tais como: serem consideradas produtoras rurais, com direito à assistência em caso de acidente de trabalho; aposentadoria aos 55 anos; salário maternidade e pensão viuvez”. (2000, p.04).

Um segundo aspecto está de certa forma, ligado ao que se refere ao desconhecimento da história e de sua conceituação, principalmente pela ausência de estudos e fundamentos que dêem conta de compreender as relações sociais e as lutas das mulheres da região. Isto se agrava também pela ausência de registros formalmente sistematizados, o que facilitaria a reflexão e o estudo sistemático, contribuindo na construção de referências para as novas gerações que, em tese, teriam maiores oportunidades e liberdade para assumir espaço político junto às organizações, bem como para propor novos mecanismos no desenvolvimento, por exemplo, nas políticas públicas.

É preciso considerar também a relação das novas gerações com o processo vivido no capitalismo, hoje, que se utiliza de vários instrumentos de “sedução” o que leva a não perceber as contradições presentes na própria vida e no contexto social, causando, inclusive a cooptação de parcela das organizações e das iniciativas propostas pelas mulheres e suas organizações.

Contudo, é possível apreender um outro aspecto desta reflexão que está posta na região, ciente de que carece de estudo e investigação, mas possível de ser analisada de outro ponto de vista, aspecto este presente também em outras organizações de mulheres do sul do Brasil.

Se tomarmos as lutas e trabalhos das mulheres no sudoeste, tanto sua participação nas atividades econômicas das famílias, como também nas organizações já citadas é possível perceber que a luta pelos direitos gerais coloca em segundo plano a luta por seus direitos como mulheres, ou seja, os direitos de gênero, de igualdade e equidade nos espaços de poder e de produção.

Muitas vezes, sua visibilidade nas organizações das quais elas já foram protagonistas, desaparece e a própria intencionalidade destas organizações e sua lógica de atuação, não as inclui, o que muitas vezes, pode significar a mudança na continuidade dos objetivos e da missão para os quais tais organizações nasceram, fazendo com que as mulheres fiquem subsumidas no processo de organização política e também da produção.

Paulilo (2000) destaca numa de suas pesquisas, ao tratar do Movimento de Mulheres

⁴ PAULILO, Maria Ignez S. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de Pesquisa** – Algumas Questões de Gênero e Agricultura Familiar. PPGSP/UFSC, Nº 21, Florianópolis, junho 2000.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Agricultoras, que ele traz uma herança de suas origens, um otimismo provindo dos movimentos sociais populares na década de oitenta, quando predominava uma idéia de que os direitos humanos são universais e que se somam a todas as lutas necessárias para um país mais democrático e mais livre. Esta relação, na organização das mulheres, dificultaria a separação entre passar de uma luta com enfoque trabalhista para uma luta com enfoque em gênero, no contexto da luta de classes. Afirma a autora, ser por esta razão que, nos processos de organização das mulheres, as

... contradições entre liberdade e igualdade recebem pouca atenção. Pressupõe-se que o que é bom para o conjunto dos membros da família é necessariamente bom para a mulher. Isto se reforça pelo fato de que o conceito de “agricultura familiar”, que desde o início dos anos 90 tem ampla aceitação tanto no meio acadêmico, como entre os técnicos e os próprios agricultores, implica em uma visão, senão totalmente harmônica da família rural, pelo menos baseada na idéia de que os conflitos entre os cônjuges, e entre estes e seus filhos, podem ser resolvidos sem extrapolar a esfera doméstica. (PAULILO, 2000, p. 04-05).

Neste sentido, pode-se perceber que há uma relação entre estas questões e as reivindicações das mulheres agricultoras. É ainda a mesma autora (PAULILO, 2000) que vai mostrar como as reivindicações se dividem em dois tipos. As de classe e as de gênero salientando que, neste estudo, divide-as em três tipos, pois as de gênero têm que ser subdivididas entre aquelas que não entram em confronto com a família patriarcal e as que entram.

Pinto⁵ (1992:138), nos diz que os indivíduos ou grupos submetidos a múltiplas exclusões “escolhem” suas bandeiras de luta. No caso das mulheres rurais, esta escolha é ainda mais pertinente porque, para levar adiante as reivindicações de classe, uma imagem de família rural como um todo coeso é muito mais eficiente do que uma imagem de conflito. Há, não só na cultura brasileira, mas na de muitos países, uma imagem idílica do rural, no sentido de pensá-lo como um lugar privilegiado para a guarda de valores pelo menos idealmente consagrados, tais como respeito à família, pouca liberdade sexual, educação severa dos filhos, sinceridade e mesmo inocência derivadas do contato com a natureza. Essa imagem traz respaldo popular para as lutas que envolvem os agricultores familiares. (PAULILO, 2000, p.09).

Parece-nos possível afirmar que, para o atual estágio e nível de organização do sudoeste e, quiçá, de outras regiões, é necessário encarar estas questões que precisam ser mobilizadas para que possam ser refletidas e compreendidas desde o processo histórico que se viveu na relação com a situação presente hoje.

Poderíamos talvez anunciar que se faz necessário passar de uma luta por direitos sociais

⁵ PINTO, Céli R. 1992. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. IN: COSTA, A de O e BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma questão de gênero**. R.J.: Rosa dos Ventos; S.P.: Fundação Carlos Chagas.

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

apenas, para uma organização de gênero que pautasse esta especificidade da mulher, ainda deixada de lado, mas presente nas contradições que permeiam as conquistas das organizações, materializadas em conflitos e tensões que atingem questões profundas, das quais poderíamos destacar a dupla jornada de trabalho da mulher, a pouca presença em espaços de poder, a violência doméstica, a herança e sucessão nas unidades de produção familiar, as relações de geração, a liberdade sexual a banalização da vida, entre outros. Um outro aspecto que reforça estas contradições é o horizonte que mobiliza as organizações, ainda pautado por elementos próprios do capitalismo que coopta iniciativas como o associativismo e o cooperativismo.

Historicamente muitas mulheres se tornaram protagonistas de conquistas, pois conseguiram transformar pequenas contradições em lutas, uma vez que foram historicizadas, refletidas e compreendidas, tornando-se assim bandeiras pelas quais se mobilizaram outras mulheres.

Ao resgatar a história política da organização das mulheres nesta região, aposta-se em possibilidades que as levem a reler o processo vivido percebendo as novas contradições postas nas relações específicas, recriando, assim, uma dinamicidade própria das mulheres sem que sejam subsumidas a um projeto que, calcado em valores patriarcais, não se dispõe a revê-los e aceita as regras do capital como se este fosse inexorável.

Esta certeza, contudo, nos faz buscar um maior aprofundamento uma vez que há limites que precisam ser estudados e compreendidos, para que este trabalho tenha consistência e se coloque como mais um instrumento para o desenvolvimento humano e social desta região.

Neste contexto, o registro constitui-se, uma condição para identificar, documentar e difundir os saberes e modos de fazer, os quais são fundamentais para ter e manter um olhar histórico, fomentando uma perspectiva de autonomia necessária aos povos que dependem diretamente da produção agrícola (homens e mulheres).